

A sociogênese do associativismo entre as torcidas organizadas - uma história da ATOESP
(Associação das Torcidas Organizadas do Estado de São Paulo)

VITOR DOS SANTOS CANALE*

1. Novos atores e novos sentidos do torcer

Algo mudava no futebol paulista e era para pior nas palavras de A. Mendes, colunista da Folha de S. Paulo. Os Gaviões da Fiel queriam subverter a lógica do Corinthians, suas vaias atacavam ao mesmo tempo o clube, os jogadores e os outros torcedores. As vaias, como instrumento de denúncia, reverberaram pelos estádios e chegaram às redações dos jornais. As novas táticas dos torcedores eram interpretadas como um desacato ao princípio básico do torcer, o apoio incondicional.

O que não se entende é que existam torcidas com aspectos de facções, deixando a impressão patente que foram organizadas com o único objetivo de vaiar. Que fazem da vaia uma perseguição. Esse, pelo menos na aparência, tem sido o escopo e a finalidade dos Gaviões da Fiel. Se se trata de um movimento com finalidade oposicionista, é um fato profundamente lamentável. Seus responsáveis deveriam compreender que se o Corinthians possui alguma coisa digna de maior admiração e maior respeito, é a sua Fiel Torcida. Ela é algo de extraordinário e que antes de mais nada constitui o maior sustentáculo, pois é a alma de um grande clube. E os gaviões estão comprometendo essa imagem.

Para que existe torcida? Qual a sua única e exclusiva finalidade? Evidentemente é para defender o time do seu clube. Incentivar os jogadores, dando-lhes a mão nos momentos difíceis e através de aplausos, incentivá-los sempre. Então não se chamaria a torcida de o jogador número 12. Como aceitar outro procedimento de uma torcida organizada, o que frequentemente ocorre e é o caso dos Gaviões da Fiel? Se não há queixas diretas dos jogadores contra o fato – não podem fazê-las – eles sempre se manifestam chocados e lamentam o tratamento que recebem dos Gaviões. (...)
(MENDES, A. Linha de ataque – Camisa 12. Folha de S. Paulo, São Paulo, p.15. 05/08/1970)

As ponderações de A. Mendes baseavam-se em um caráter pretensamente natural do torcedor: a defesa do time, o incentivo representado no aplauso e a abnegação. Os discursos em voga até a década de 1970 cindiam o torcedor em duas instâncias inconciliáveis, o amor abnegado ou crítica política, reivindicando a primeira e negando a segunda. Para A. Mendes, o torcer era uma emanção dos sentimentos coletivos que a Fiel sempre soube honrar, quanto mais adversa era a condição do time mais esses valores eram reivindicados.

* Doutorando em História pelo PPHBC/CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

A torcida deveria representar a união efêmera de torcedores, não precisava ser organizada, pois já possuíam uma consciência comum do que era melhor para o time. O apoio era a expressão principal do torcedor, fruto do amor e da sensibilidade que guiavam as ações em prol do melhor para o clube. A cobrança moderada era o limite da crítica.

A crônica de Mendes ainda trazia uma advertência final aos torcedores corintianos: ‘(...) lembrem-se do caso Flávio’. Não era necessário possuir uma memória prodigiosa para lembrar-se de Flávio, artilheiro que atuou pelo clube paulista entre 1964 e 1968. O atacante transferiu-se para o Fluminense sob reclamações de que a torcida corintiana era excessivamente crítica ao seu futebol, apesar do gaúcho ser uma das principais estrelas do time, a falta de títulos da equipe fazia mais uma vítima. A saída de Flávio, as vaias de protesto, os torcedores que insistiam em organizarem-se, os ventos da contracultura insuflavam o ambiente do futebol paulista.

As mudanças assumiram o sentido da contestação e se alastravam pelos clubes. A fundação de várias torcidas organizadas trouxe consigo um embate entre as diversas formas de torcer e acrescentou novos atores à dinâmica do futebol, com seus anseios e projetos de transformação.

2. As torcidas organizadas paulistas

No estado de São Paulo, as primeiras torcidas organizadas surgiram em 1969, com a fundação da Torcida Jovem Ponte, em Campinas, dos Gaviões da Fiel e da Torcida Jovem do Santos, em São Paulo. No início da década de 1970 surgiram a palmeirense TUP (Torcida Uniformizada do Palmeiras) e a Torcida Jovem do Guarani, futuramente rebatizada de Guerreiros da Tribo. Em 1971 foi fundada a corintiana Camisa 12 e no ano seguinte a Torcida Tricolor Independente. No ano seguinte foi a vez da Leões da Fabulosa, representante da Portuguesa. Ausenta-se desta lista a TUSP (Torcida Uniformizada do São Paulo) por ter sido fundada em 1940, porém a partir de 1969 sob a liderança de Hélio Silva adotou uma postura e organização semelhante às torcidas organizadas. (TOLEDO,1996, p.27) As duas décadas posteriores à criação das primeiras torcidas organizadas foram um período de efervescência das associações de torcedores. Os casos de existência efêmera, as fusões entre torcidas e as cisões internas que levaram à criação de novos coletivos de torcedores eram acontecimentos recorrentes do universo torcedor.

O surgimento de cada uma das torcidas organizadas apresenta a diversidade de relações traçadas entre os atores do universo futebolístico – diretorias dos clubes, atletas, representantes do poder público, Federação Paulista de Futebol (FPF) e os órgãos da mídia.

A influência das diretorias dos clubes na criação das torcidas organizadas foi um traço recorrente na história das agremiações. Enquanto algumas entidades surgiram com o intuito de combater determinadas diretorias, caso dos Gaviões da Fiel e sua luta contra o continuísmo político do presidente Wadih Helu²; a Torcida Jovem da Ponte Preta e os Guerreiros da Tribo³ surgiram com forte apoio das diretorias vigentes.

As novas instituições de torcedores possuíam interesses que iam para além das novas formas de expressão na arquibancada e da política interna dos clubes. Os vínculos gestados nas arquibancadas versavam sobre reivindicações que uniam torcedores de diferentes clubes por mudanças no universo do futebol.

A relação dialética entre a rivalidade clubística e a percepção social das questões que uniam os torcedores organizados fomentou a criação da primeira associação de torcidas de que se tem notícia, a ATOESP (Associação das Torcidas Organizadas do Estado de São Paulo).

3. A criação da ATOESP

O marco de fundação da ATOESP permanece incerto, podendo ter ocorrido no final do ano de 1974 ou durante 1976. Ambas as datas foram ditas em momentos diferentes por Cosme Freitas, um dos fundadores da associação e da Torcida Jovem do Santos. Uma das possibilidades citadas por Cosme, em entrevista ao Museu do Futebol⁴, foi da fundação no ano de 1974, apesar do diálogo entre as lideranças existir desde 1972. Em 1995 no evento “Encontro dos Esportistas pela Paz no Futebol”, realizado na Câmara Municipal de São Paulo, o então presidente da ATOESP lembrou da fundação no ano de 1976⁵.

² Wadih Helu foi presidente do Corinthians ininterruptamente entre 1961 e 1971. Entre 1967 e 1971, se tornou deputado estadual pela ARENA, partido que compunha a base aliada do governo ditatorial do período.

³ A torcida organizada Guerreiros da Tribo, ainda sobre o nome Torcida Jovem do Guarani, esteve atrelada institucionalmente ao departamento social do Guarani Futebol Clube.

⁴ FREITAS ASSIS, Cosme Damião. **Cosme Damião Freitas**: depoimento [out.2011]. Entrevistadores: B.B. Holanda; K. Alves. São Paulo, 2011. Material transcrito. Entrevista cedida ao Projeto Territórios do Torcer p.28.

⁵ Encontro dos Esportistas pela Paz no Futebol, reunião realizada no auditório Oscar Pedroso Horta da Câmara Municipal de São Paulo em 23 de outubro de 1995, promovido pelos vereadores Bruno Feder, Antonio de Paiva Monteiro Filho, José Viviani Ferraz, Aurélio Nomura, Mohamed Said Mourad, Gabriel Ortega, Gilson Barreto, Almir Guimarães, Oswaldo Gianotti, Tereza Lajolo, Mário Dias, Vital Nolasco.

A incerteza quanto à data de fundação da associação proporciona alguns indícios que podem ser explorados para entender a dinâmica entre as torcidas organizadas, bem como da necessidade da criação de uma associação que congregasse as torcidas. Se de fato as lideranças das principais torcidas paulistanas possuíam um diálogo frequente desde 1972, uma das atribuições da ATOESP já era desenvolvida antes mesmo da criação institucional. Alguns líderes de torcida possuíam uma relação amistosa de longa data e compartilhavam outros espaços dentro da dinâmica cidadã, possuíam uma faixa etária similar e grande parte era proveniente da classe-média. Essas características em comum e o interesse pelo futebol acabava gerando encontros diversos.

*Por exemplo, a TUSP o grande líder era um boxista chamado Hélio Silva, e ele frequentava a academia no andar de cima da nossa sede na Santa Ifigênia, que tinha uma academia de lutas, boxe, lutas marciais, jiu-jitsu, taekwondo e que nós treinávamos lá, e ele treinava junto com a gente e saída de lá e ia tomar goró com a gente, todo mundo junto, entendeu? (DUTRA, Heloísio. **Heloísio Dutra:** depoimento [jun.2012]. Entrevistador: Vitor Canale. São Paulo, 2012. 1 arquivo digital de 4 horas, material transcrito p.8)*

É possível inferir que quando a associação foi institucionalizada ou batizada como ATOESP algumas de suas práticas já se encontravam em funcionamento. A entidade intencionou atender a um duplo designo, ser uma instituição defensora de uma lógica torcedora e, por outro lado, ser um espaço de debates e deliberações internos às torcidas organizadas, espaço fértil para que as rivalidades não assumissem ares violentos.

A entidade congregou durante a sua existência os Gaviões da Fiel e Povão Torcida Unida do Corinthians; Torcida Uniformizada do São Paulo (TUSP); Torcida Jovem do Santos (TJS); Torcida Uniformizada do Palmeiras (TUP), Torcida Acadêmica do Palmeiras; Leões da Fabulosa e Corações Unidos da Portuguesa de Desportos; Torcida Jovem da Ponte Preta (TJP) e Torcida Guerreiros da Tribo do Guarani (GTO). As reuniões ocorriam na sede dos Gaviões da Fiel, à época localizada na Rua Santa Ifigênia, região central de São Paulo. Os encontros reuniam os líderes de cada torcida e eram parte das aspirações de Flávio de La Selva, sócio número um e fundador dos Gaviões da Fiel, além de primeiro presidente da ATOESP.

O torcedor corintiano imaginava um projeto político para as torcidas organizadas. Muito dessas concepções eram atribuídas à sua participação em outros projetos sociais, como a militância estudantil, a atuação nas Pastorais e o trabalho como advogado (CÉSAR, 1981). O desejo de Flávio de La Selva era transformar as torcidas organizadas num espaço diversificado de cultura:

Naquela época, Flávio, que além de manter todas essas atividades e mais um escritório de advocacia e que participava dos trabalhos pastorais da Zona Leste da capital, tinha a pretensão de transformar o Grêmio Gaviões da Fiel, numa entidade cultural. Pretendia promover debates, cursos, criar um grupo de teatro e um cine-club. Achava que só futebol e samba não correspondia às expectativas de todos os Gaviões. Ele tinha a certeza de que diversificando as atividades do Grêmio, muitos outros elementos se incorporariam a ele. (CÉSAR,1981. p.99-100)

A torcida organizada deveria ser um espaço social em que as classes populares poderiam desenvolver sua subjetividade, para além do futebol. O projeto de Flávio deveria aproximar as torcidas organizadas a partir de uma mesma concepção de mundo, projeto apoiado por Cosme Freitas, da Torcida Jovem do Santos, e por Hélio Silva, da Torcida Uniformizada do São Paulo.

Os dirigentes das torcidas organizadas de Corinthians, Santos e São Paulo se revezaram nos principais cargos da entidade entre a década de 1970 e 1980, período relativo à primeira fase da ATOESP. Eram os responsáveis pelos contatos com a imprensa e mantinham um discurso afinado nos mesmos ideais, as denúncias à estrutura ruim do futebol brasileiro, que atrapalhava o torcedor, e a tentativa de estabelecer relações não violentas entre os torcedores.

4. O carnaval das torcidas

A primeira aparição midiática da ATOESP faz menção ao concurso de blocos de carnaval de São Paulo. Os Gaviões da Fiel participavam da disputa desde 1976; em 1978 a TUSP somou-se ao grupo e em 1979 a A.T.O.S. (Associação das Torcidas Organizadas do Santos), com o seu Bloco do Peixão, uniu todas as torcidas organizadas do alvinegro praiano. O semanário Placar do dia 23 de fevereiro de 1979 via com bons olhos a participação das torcidas organizadas no carnaval de blocos, pois reavivava o desfile que ano a ano perdia agremiações que se tornavam escolas de samba, a exemplo da Vai-Vai e da Camisa Verde e Branca. O torcedor corintiano que ia assistir aos Gaviões da Fiel trazia de volta um público que estava cada vez mais ausente dos desfiles, a chegada da TUSP em 1978 acrescentou um novo público e em 1979, com o incremento do Bloco do Peixão, a plateia deveria aumentar.

Na concepção dos Gaviões da Fiel o desfile de blocos era um meio homenagear o Corinthians e unir os torcedores nos períodos sem futebol. Segundo Valdir Leandro, membro da comissão de carnaval da torcida, ‘o bloco é apenas mais uma atividade social da Gaviões, como as peladas de futebol de salão, os jogos de baralho’. Na visão de Hélio Silva, da TUSP, o desfile era uma boa oportunidade de mostrar que o são-paulino não era elite, também era do

povo e tinha samba no pé. A estreante A.T.O.S. foi representada pelo presidente da Torcida Jovem do Santos, Cosme Freitas, e acolhia a todas as torcidas santistas, pregando a diversidade de torcidas organizadas no carnaval como meio de diminuir a rivalidade violenta nos estádios.

Esse também é o pensamento da Associação das Torcidas Organizadas do Estado de São Paulo – ATOESP. Seu vice-presidente e presidente da TUSP, Hélio Silva, pretende já nos próximos anos levar todas as cinco grandes torcidas da capital para o desfile.

- Nosso negócio é trazer a rivalidade do campo para a avenida. Achamos que assim deveremos acabar com a violência. Os torcedores passarão a se conhecer melhor e a competir sadicamente, dentro de um clima de festa e alegria. Achamos que o carnaval humanizará o torcedor. (...) (O FUTEBOL bota o bloco na rua. Placar. n.461. p.13)

5. “Nós não podemos aceitar um campeonato esculhambado como este, que não vale nada.”

Em outubro de 1979, a ATOESP retornou à mídia. Os protestos dos dirigentes das maiores torcidas da cidade denunciavam a insensatez da tabela do campeonato estadual, que se prolongava em jogos sem importância e onerava os frequentadores dos estádios. As matérias do jornal *Folha de S. Paulo*, veiculadas em 04 de outubro de 1979, tinham por mote entender a preocupação dos líderes de torcida sobre o assunto e as possíveis providências.

Ao longo da década de 1970, os regulamentos dos campeonatos estaduais e nacionais mudaram por diversas vezes, sempre priorizando fórmulas que pudessem ampliar a quantidade de partidas (no caso estadual) ou incluir mais equipes (no caso do campeonato nacional). Ambos os calendários, estadual e nacional, eram um problema comum a ser equacionado pelas principais equipes do estado de São Paulo. Tratava-se de uma pauta que congregava todas as torcidas e que interessava à ATOESP, apesar de as lideranças ouvidas não terem a mesma opinião sobre o assunto. O ponto principal do debate era se o boicote às partidas do campeonato era a melhor atitude a ser tomada.

Para Flávio de La Selva, dos Gaviões da Fiel e presidente da ATOESP, um dos problemas do boicote era garantir que a torcida corintiana não comparecesse, apesar da gradual diminuição de público que ocorria nos jogos do Corinthians, para o Gavião o movimento só daria certo se encampado por todos “Eu sei que temos um peso muito forte. Porém, é preciso entrar numa briga destas certos da vitória. Se houver unanimidade para se fazer um boicote, tudo bem. Caso contrário, o negócio é buscar outras alternativas, como por exemplo fazer uma série de sugestões para a F.P.F.” (GAVIÕES querem a unanimidade. Folha de S. Paulo. São Paulo. p.34. 04/10/1979)

Cosme Damião Freitas, presidente da Torcida Jovem do Santos, defendia uma postura mais radical: via no boicote a melhor alternativa para chamar a atenção para o problema, apesar do desgosto de não entrar no estádio e acompanhar o time. Caso a atitude não surtisse o efeito esperado, José Miguel Cecchinato, relações públicas da torcida santista, já reivindicava pressionar Nabi Abi Chedid, presidente da Federação Paulista de Futebol, e fazer um pedido de intervenção na Federação em última instância.

Para Hélio Silva, presidente da TUSP, a tabela era parte de uma crise maior em que os cartolas estavam acabando com o futebol:

Os dirigentes só pensam em dinheiro, em explorar o torcedor. Todos são culpados por este campeonato ridículo, no qual os clubes são obrigados a jogar com menos de 48 horas de intervalo sem valer coisa nenhuma. Eu não perdoo nem o presidente do São Paulo pois também participou do Conselho Arbitral que aprovou tudo isso (ESTÁDIO vazio, a única solução. Folha de S. Paulo. São Paulo. p.34. 04/10/1979)

A longa sequência de jogos, avalizada pelos dirigentes, comprometia o esporte de duas formas: ao ameaçar a integridade física dos atletas e a credibilidade do campeonato perante o torcedor. Para as lideranças da ATOESP era preciso reagir. Hélio Silva entendia a necessidade de um trabalho de conscientização dos torcedores com faixas, panfletos e divulgação nos veículos de comunicação, para que a iniciativa do boicote fosse além das torcidas organizadas e chegasse ao torcedor em geral. Para o líder da TUSP, a ausência dos torcedores organizados deveria ser capaz de sensibilizar as cadeiras numeradas e cativas, pois sem a festividade das organizadas o estádio perderia parte do seu encanto.

Na Torcida Uniformizada do Palmeiras, a TUP, o boicote já era uma realidade, mesmo que informalmente. Para o presidente Luís Pereira Pinho, os jogos daquela fase de nada valiam, comprar ingresso naquele momento era gastar dinheiro à toa, mas mesmo assim era difícil convencer alguns torcedores.

As partidas sem valor classificatório estavam submetendo o torcedor a um exame de consciência em que o amor abnegado estava cedendo espaço à reflexão dos rumos que o futebol tomava no final da década de 1970. As bilheterias eram um instrumento de renda avidamente explorado pelas Federações e pelos clubes em detrimento da qualidade e da competitividade do espetáculo. Os torcedores organizados denunciavam o ataque dos dirigentes ao bem mais importante na retórica do futebol: o amor do torcedor. Frente à expressão da inconformidade que unia todas as torcidas, no sofrimento em comum de suportar um campeonato de baixa

qualidade técnica, nascia uma consciência para se contrapor a essa realidade, mesmo que o amor tivesse que ser posto em segundo plano.

A sensação ou a consciência gerada por esses ataques era responsável por uma revolta coletiva, que teria sua melhor canalização na ausência, ou seja, negando não o clube ou o time, mas negando os dirigentes dos clubes e representantes de federações. Esse repúdio se faria visível nas baixas rendas das partidas, motivo maior das tabelas confusas e intermináveis. Para Hélio Silva não havia o temor de represálias “pois não se trata de manifestação política”.

Os integrantes da ATOESP se reuniram novamente em 12 de outubro de 1979 para debater a possibilidade do boicote, porém nada fora resolvido. Como punição ao silêncio, o jornal compara a ATOESP aos seus maiores antagonistas, os dirigentes de futebol:

Os representantes das principais torcidas de São Paulo parecem ter assimilado as péssimas lições dadas pelos cartolas do nosso futebol. Está é a única explicação para a surpreendente atitude da ATOESP – Associação das Torcidas Organizadas do Estado de São Paulo -, que decidiu esconder da imprensa os detalhes de sua reunião extraordinária(...) (TORCIDAS não divulgam os resultados da assembleia. Folha de S. Paulo. São Paulo. p.40 14/10/1979).

Por fim, o boicote não foi levado a cabo, porém o campeonato fora encerrado somente em fevereiro do ano seguinte. Vicente Matheus, presidente corintiano, recusou-se a participar de uma rodada dupla em jogo contra a Ponte Preta na primeira fase do Campeonato Paulista, sob pena de privilegiar outras equipes com as rendas de sua torcida. A atitude do dirigente fora apoiada pelos seus torcedores, que se negaram a ir ao estádio e protestaram em frente a Federação Paulista de Futebol, em evento que uniu Gaviões da Fiel e Camisa 12. Se a fórmula do campeonato, a carestia dos ingressos e a falta de representatividade unificavam as torcidas organizadas, os interesses dos clubes, por outro lado, voltavam a antagonizar os torcedores.

6. Quando a polícia se torna a adversária

A relação entre torcidas organizadas e os órgãos de segurança de São Paulo passou por diversas fases. Entre os meses de julho e agosto de 1975, o jornal *Folha de São Paulo* procurou as principais torcidas organizadas para saber quais os principais fatores que afastavam os torcedores dos estádios paulistas. O ciclo de matérias intitulado “Os Campeões da Geral” ouviu e contou a breve história dos Gaviões da Fiel, da Torcida Uniformizada do São Paulo, da

Torcida Uniformizada do Palmeiras, da Torcida Jovem do Santos e da Leões da Fabulosa⁶. A iniciativa do jornal paulistano contou ainda com uma matéria voltada aos responsáveis pelo policiamento nos estádios da capital.

O policiamento dos estádios na cidade de São Paulo passou ao comando do 29º Batalhão da Polícia Militar em 1972. O regimento chefiado pelo major Luís Carlos Fabri e os capitães Ariovaldo Bonjorno e Amadeu Laranjeiras reconhecia o caráter pacífico da maioria dos encontros futebolísticos e relatou apenas um jogo em que policiamento teve problemas sérios: Palmeiras e Corinthians em 1972, evento que terminou com a morte de um torcedor. Como exemplo das detenções mais recorrentes, o capitão Amadeu Laranjeiras citou três exemplos de 1974 e 1975:

Em 22 de novembro de 1974, no jogo Corinthians e Palmeiras, com um público de 126.522 pessoas, houve apenas 14 detenções. Motivos: marreteiros, batedores de carteira, cambistas. Nenhum torcedor. (...) A média de casos varia de jogo para jogo. São Paulo e Palmeiras, dia 20 passado, com um público de 54.307 pessoas teve 33 detenções (6 cambistas, 21 guardadores de carro, 4 por desordem, 1 por soltar fogos e 1 menor), exatamente um problema a cada 16.456 torcedores. Na véspera, no jogo Corinthians e Marília, com 20.407 pessoas, teve 4 detenções, uma para cada grupo de 5.101 torcedores. (JAMES, Narciso. A torcida reclama; a polícia explica. Folha de S. Paulo. São Paulo p.16 03/08/1975)

A visão do policiamento era que desde a fundação das primeiras torcidas organizadas até o ano de 1975 as maiores rivalidades eram dentro dos próprios clubes, protagonizadas por cisões internas. Os casos de agressões entre torcidas de clubes rivais eram esparsos e não havia relatos da participação de torcidas organizadas.

Contudo, o retrato amistoso feito pela Polícia Militar sobre a vigilância nos estádios não corroborava com a pesquisa de opinião feita pela Folha de S. Paulo junto aos torcedores, que classificaram o policiamento da seguinte forma: “bom 21,66 %; regular 17,43%; e violento 60,91%”⁷.

Segundo os responsáveis do 29º Batalhão, as torcidas que traziam mais problemas em 1975 eram da Portuguesa de Desportos (que há pouco tempo entrara em confronto com a P.M.) e a do Corinthians, que vivia a inconformidade com a ausência de títulos, o que deixava os ânimos coletivos à flor da pele. Os torcedores em geral eram pacíficos e as situações oriundas do campo (como a atuação de árbitros, dirigentes, técnicos e jogadores) eram influências

⁶ Série de Reportagens realizadas entre os dias 28/07/1975 e 03/08/1975.

⁷ JAMES, Narciso. A torcida reclama; a polícia explica. Folha de S. Paulo. São Paulo p.16 03/08/1975

negativas à conduta torcedora e responsáveis pelo desencadeamento da maioria das brigas. Outro grave problema segundo a P.M., tanto para o policiamento adequado como para os torcedores, era a obsolescência dos estádios obsoletos.

Para os líderes das torcidas organizadas ouvidas os principais problemas eram: os excessos cometidos pelo policiamento, a péssima estrutura dos estádios paulistas, o serviço caro e ruim prestado pelos ônibus da CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos), o alto valor dos ingressos, o descrédito do futebol e a política de proibições nos estádios.

Contudo, se os estádios eram ruins na capital, tendiam a ser ainda piores no interior do estado, pois havia diferença de abordagem entre o 29º Batalhão da Polícia Militar e os policiais do interior do estado. A tensão e a rivalidade acabavam gerando confrontos com duas divisões: de um lado, os ‘forasteiros’; de outro, os cidadãos em geral (torcedores, moradores locais e polícia). Marília e Campinas eram cidades consideradas mais perigosas pelos torcedores organizados dos grandes clubes da capital, mas havia exceções. Segundo Hélio Silva, Bauru recebia muito bem os torcedores e havia respeito por parte do policiamento local.

O ano de 1977 marcou a gradual mudança nas relações internas entre as torcidas organizadas e dessas em relação ao policiamento dos estádios, agora personificado na figura do Secretário de Segurança de São Paulo, Antônio Erasmo Dias. Os episódios de violência passaram a ocupar com maior frequência as páginas dos jornais e exigiam respostas tanto da Federação Paulista de Futebol quanto dos órgãos de segurança estaduais.

Conforme assinala o pesquisador José Paulo Florenzano (2010), o ataque a Osvaldo Santos Filho, membro dos Gaviões da Fiel, espancado e esfaqueado por torcedores da Torcida Jovem do Santos no Morumbi, foi um marco na mudança dos incidentes entre torcedores na capital paulista. A necessidade de atendimento urgente ao corintiano na partida realizada dia 04 de setembro de 1977 punha às claras o aumento da rivalidade violenta. Por outro lado, o episódio mostrava também o despreparado de parte dos gestores do futebol profissional para lidar com a intensificação dos confrontos.

A ausência de transporte adequado para levar o torcedor ao hospital colocava em choque o clube proprietário do Morumbi e a Prefeitura de São Paulo que suspendera o envio de ambulâncias por se tratar de um evento em estádio particular. Por fim, o torcedor fora levado às Clínicas numa kombi são-paulina. Frente ao acontecimento, a diretoria do São Paulo Futebol Clube, cansada de esperar a resolução da Prefeitura, achou por bem arcar com o aluguel de duas ambulâncias e contratar quatro médicos para atender os torcedores nas dependências do estádio.

A Federação Paulista de Futebol, três dias após o incidente, divulgava a criação de um seguro de vida para acidentes, que estaria incluso no ingresso.

As torcidas organizadas, por sua vez, vieram a público através da ATOESP para repetir algumas das demandas apresentadas anos antes.

Há dois anos estamos fazendo sugestões e tomando providências para melhorar o nível do nosso futebol. Mas os homens da FPF só estão interessados em dinheiro, querem apenas grandes arrecadações, sem se importar com a segurança e conforto dos que proporcionam estas rendas (TORCIDAS apontam o caminho contra a violência. O Estado de S. Paulo. São Paulo. p.23. 07/09/1977)

Para Flávio de La Selva, presidente da ATOESP, a F.P.F. não se importava em vender mais ingressos do que a capacidade, promovendo clássicos em estádios obsoletos e não fornecendo nenhum lazer ao torcedor que chegava antes à partida. A visão de Cláudio Castilho, superintendente da F.P.F., era diferente: a culpa deveria ser compartilhada igualmente entre todos os atores do espetáculo futebolístico.

Pouco mais de um mês depois, em 23 de outubro de 1977, a torcida corintiana esteve envolvida em um novo incidente violento. O duelo entre Corinthians e Guarani era o primeiro da equipe alvinegra após a conquista do Campeonato Paulista, título que punha fim à espera de vinte e dois anos da torcida. O estádio do Pacaembu recebeu um público de menos de vinte e três mil pessoas para acompanhar um tedioso 0 a 0. A apatia fora quebrada no segundo tempo em razão de uma discussão entre torcedores corintianos e a atuação da polícia, que foi retratada da seguinte forma pelo jornalista Nailson Gondim da Folha de S. Paulo:

Foram quase 15 minutos de confusão gerada pelos policiais, que insistiam em empunhar suas armas e invadir as arquibancadas para arrastar vários torcedores pelos degraus, enquanto outros saíam carregados. Era uma cena deprimente para um espetáculo de futebol. A torcida se revoltava e em protesto à violência de que era vítima gritava em coro: “Covarde! Covarde!”

Das cadeiras numeradas os torcedores viravam-se para abrir os braços em sinal de protesto ao Secretário de Segurança Pública, cel. Erasmo Dias, que assistia ao jogo da Tribuna de Honra. Ele observava o comportamento de seus policiais e criticava o comandante do policiamento, prometendo ao final da partida, dirigir-se à delegacia do estádio para tomar providências. Pelo menos foi o que afirmou quando se retirava da tribuna (GONDIM, Nailson. Corinthians vence na volta sem festa. Folha de S. Paulo. São Paulo. p.12. 24/10/1977)

A ação da P.M. foi desencadeada pelos gritos e xingamentos que eram endereçados aos jogadores bugrinos, segundo os torcedores corintianos. A tentativa de atrasar o jogo para manter o placar em 0 a 0 causou reações na torcida adversária, que foram reprimidas de forma enérgica.

Ao todo foram registradas mais de vinte detenções e alguns feridos: entre eles, torcedores dos Gaviões da Fiel e da Camisa 12. A atitude do Secretário de Segurança Pública foi imediata e no mesmo dia da partida fora instaurada uma sindicância interna.

Pouco tempo depois, dia 20 de abril de 1978, o Santos enfrentava o Operário no estádio do Pacaembu. A demissão do técnico Ramos Delgado antes da partida, a virada do time matogrossense e a vitória por 2 a 1 foram o limite para os torcedores santistas que começaram a invadir o campo. A repressão aos invasores aumentou o incidente que continuou após o jogo com a depredação do estádio, o apedrejamento do ônibus do Santos e de vários carros que saíam pelo portão do Pacaembu. O confronto acabou com mais de quarentas detidos e dez feridos, dois em estado grave. O posicionamento de Erasmo Dias, secretário de segurança pública, não foi em prol do torcedor, que desta vez mereceu críticas. O incidente era a demonstração da falta de educação do povo brasileiro, principalmente a educação esportiva. A Polícia Militar, na justificativa de Dias, não possuía culpa no planejamento e nem na execução, o contingente de 150 soldados era até maior do que o recomendando para um jogo desse porte.

Em 1980 foi a vez da TUSP enfrentar problemas com o policiamento. O protesto da torcida são-paulina foi motivado pela atuação do árbitro Wilson Carlos dos Santos. Segundo os torcedores e o técnico são-paulino, Carlos Alberto Silva, o juiz era conivente com a “cera” feita pelo time do Atlético Mineiro. Alguns torcedores organizados, inconformados com o empate em casa, após o jogo se dirigiram à saída do vestiário da arbitragem, momento em que foram agredidos pela Polícia Militar a chutes e golpes de cassetete, antes mesmo que tivessem qualquer contato com o árbitro. A ironia do episódio foi de que entre os agredidos estava Hélio Silva, que além de presidente da TUSP, era o responsável pelo treinamento de artes marciais da Polícia Militar.

O episódio de violência com a maior repercussão do período envolveu duas das torcidas vistas como mais problemáticas pela Polícia Militar: Santos e Portuguesa. As torcidas do time da baixada santista estavam envolvidas com frequência em episódios políticos e invasões de campo. Por sua vez, a torcida da Portuguesa tinha a reputação da torcida mais violenta da cidade. Segundo relatos jornalísticos, a agressão partiu da Polícia Militar contra a Torcida Jovem do Santos, com a destruição de seus instrumentos de percussão e com o espancamento de vários integrantes. As versões do semanário *Placar* de 21 de agosto de 1981 e de Cosme Freitas Cid, relatada em depoimento prestado em 2012 ao Museu do Futebol, divergem sobre o início das hostilidades, porém são similares ao relatarem a truculência policial:

(...) Na etapa final, aos 25, alguns torcedores da Portuguesa entraram, inadvertidamente, pelos portões que davam acesso à torcida do Santos. O jogo corria monótono dentro do gramado e, como sempre acontece nessas ocasiões, o clima ferveu nas arquibancadas. Palavrões, bolinhas de papel, ameaças – os lusos se sentiram acuados. Numa provocação mais direta, um santista beliscou o bumbum de uma moça do grupo adversário. Então, os PMs resolveram agir.

Foram dez minutos de pancadaria grossa e generalizada. Soldados derrubavam torcedores santistas a golpes de cassetete, chutando-os com todo o vigor de suas botas. Cosme Damião, diretor da Torcida Jovem, foi literalmente lançado de degraus abaixo. Quando parou de rolar continuou a ser agredido na cabeça por outros soldados. Companheiros seus que conseguiram vê-lo após os incidentes na delegacia do estádio, ficaram chocados com seus ferimentos.” (PORTUGUESA X Santos – Um caso de polícia. Placar. n.588 p.6 21/08/1981)

E num jogo Santos e Portuguesa, no Canindé, um cidadão urina na faixa da Torcida Jovem do Santos. E quem viu? Eu. E fui repreender o cidadão. No meio da torcida do Santos, da Torcida Jovem, no Canindé lotado, ele urinou na faixa da Torcida Jovem. Fui falar com ele, pá, ele bateu aquela boca, o policial vai e me dá uma cacetada. O policial não sabia o que tava acontecendo, mal preparado, “po, vamo parar com isso”, de vez de separar, perguntar o que tava acontecendo, não, já me dá uma cacetada. Nisso que ele me deu uma cacetada eu falei, “po, o cara fez isso na faixa”, e ele vai e da outra.

*Quando ele deu outra, aí já os amigos, aí foi aquela confusão, a Torcida desceu em defesa e eles me espancaram no túnel. No túnel, covardemente, fui muito espancado. Fui muito espancado... (FREITAS ASSIS, Cosme Damião. **Cosme Damião Freitas**: depoimento [out.2011]. Entrevistadores: B.B. Hollanda; K. Alves. São Paulo, 2011. Material transcrito. Entrevista cedida ao Projeto Territórios do Torcer p.30)*

Além do espancamento dos torcedores, os policiais ainda arrancaram a máquina fotográfica do repórter da *Folha de S. Paulo*, Paulo Jorge Araújo, para retirarem o filme que registrava os abusos cometidos. Contudo, as cenas do Canindé estavam gravadas na visão dos torcedores, além de testemunhadas por atletas, técnicos e autoridades, que não se furtaram a comentar criticamente os acontecimentos abusivos.

As atitudes dos policiais militares durante a partida do dia 16 de agosto de 1981 causaram comoção de diversos atores do futebol paulista. O presidente da Federação Paulista, Nabi Abi Chedid, e o Secretário de Segurança Pública, Octávio Gonzaga Jr., se declararam constrangidos com a ação da polícia e prometiam a rápida apuração dos envolvidos. Os ataques à integridade física dos torcedores foram tema inclusive das sessões da Assembleia Legislativa do Estado e da Câmara Federal, com deputados cobrando providências em relação à Polícia Militar. As associações de árbitros e técnicos, bem como jogadores e dirigentes de várias equipes, ofereciam solidariedade e apoio à Torcida Jovem do Santos nos dias posteriores à partida.

Apesar de todo apoio e solidariedade à Torcida Jovem do Santos, seu presidente não tinha muitas expectativas de que os culpados fossem punidos. Cosme Freitas lembrava de

diversos episódios de violência policial sofridos por sua torcida ou por outras integrantes da ATOESP, porém em todos os casos os Boletins de Ocorrência eram feitos pelos próprios agressores ou havia a conivência dos colegas policiais, o que tornava improvável uma real punição. Para ratificar seu pensamento o presidente da A.T.O.S. citou o exemplo de José Marques de Souza, o Matogrosso. O torcedor santista fora agredido pela P.M. enquanto protegia os instrumentos da bateria da Torcida Jovem do Santos, depois fora novamente atacado no banheiro, enquanto cuidava dos seus ferimentos. No entanto, no Boletim de Ocorrência expedido no 12º Distrito Policial, Cosme aparece como testemunha da agressão à torcida, não vítima, e Matogrosso é enquadrado na condição de réu da agressão contra sua torcida⁸.

A promessa do Secretário de Segurança Pública de uma sindicância severa, julgamentos e punição aos envolvidos, eram recorrentes desde o seu antecessor, coronel Erasmo Dias, porém os episódios se repetiam com uma constância cada vez maior. A ATOESP se manifestou timidamente no episódio que envolveu sua torcida filiada. Foi esboçada a possibilidade de greve, que possivelmente não seria viabilizada na visão do Cosme Freitas Cid, pois a associação ainda estava em vias de oficialização. Não formalizada, a ATOESP não teria forças o suficiente para convencer as agremiações. Porém, para Flávio de La Selva, que prestava solidariedade à torcida santista, os problemas que levaram ao massacre no Canindé eram os mesmos alertados pelas torcidas organizadas e pela associação ao longo de vários anos. Havia a necessidade de um corpo policial especializado para lidar com o público: “Todas as torcidas têm que se unir para que os policiais não criem novos problemas. Eles até parecem sádicos que gostam de bater nos torcedores. Acho que em um jogo sem policiais, não iria acontecer nada.” (Folha, 18/08/1981, p.26)

7. Considerações Finais

Durante sua primeira fase a ATOESP representou uma iniciativa pioneira ao propor um código de conduta para as torcidas organizadas e congrega-las em busca de debates com outros atores do futebol e mudanças que privilegiassem o torcedor em geral.

A percepção dos interesses em comum que atrelavam os participantes das diferentes torcidas organizadas era visto como uma forma de combate às crescentes hostilidades entre as torcidas, e forma privilegiada de representação social dos torcedores.

⁸ FUTEBOL CONDENA agressões da Polícia Militar. Folha de S. Paulo. p.26. 18/08/1981.

A entidade teve um fim silencioso com notícias cada vez mais escassas ao longo da década de 1980. Em 1985 foi criado o Movimento das Torcidas Organizadas (MTO), sob influência de Dentinho, então presidente dos Gaviões da Fiel e em 1995, como resposta à política de proibições das torcidas organizadas, resposta à batalha campal do Pacaembu, a ATOESP volta à ativa, sob direção de Cláudio Faria Romero, fundador e presidente da Camisa 12, e Cosme Freitas, da Torcida Jovem do Santos.

O surgimento de novas associações de torcedores como a FTORJ, a Conatorg e, atualmente, a ANATORG, mostram que o papel pioneiro e as lições deixadas pela ATOESP ainda fazem parte do universo torcedor.

8. Referências Bibliográficas

CÉSAR, Benedito Tadeu. Os Gaviões da Fiel e a águia do capitalismo ou o duelo. Campinas. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp. 1981.

CANALE, Vitor S. Torcidas organizadas e seus jovens torcedores: Diversidades e normativas do torcer. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Educação Física da Unicamp. 2012.

FLORENZANO, José Paulo. A babel do futebol: atletas intelectuais e torcedores ultras. (in.) Revista de História. São Paulo. n. 163. P.149-174. Julho/Dezembro 2010

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque. O clube como vontade e representação – O jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Editora 7 letras. 2009.

TOLEDO, Luiz Henrique. Torcidas organizadas de futebol. Campinas. Autores Associados. 1996.

TOLEDO, Luiz Henrique. Lógicas no futebol. Editora Hucitec/Fapesp. São Paulo. 2002.